As rivalidades territoriais nos Mares do Leste e do Sul da China: uma análise pelo *xiàngqí*[1]

Lorrany Mendanha Bastos (PUC Goiás)
Laura Blasco de Paula (PUC Goiás)
Leonardo Felipe Braz Silveira (PUC Goiás)
Lucas Araújo Cavalcante (PUC Goiás)
Orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Professor Assistente de Relações Internacionais da PUC Goiás)

Área temática: As principais questões de Segurança Internacional: reflexo para o Brasil

Resumo

Este artigo propõe uma análise da política de defesa da China direcionada para os Mares do Sul e do Leste da China. Atualmente, há uma reorientação estratégica da geopolítica mundial para a Ásia-Pacífico e esse processo reacende rivalidades territoriais históricas, sobretudo nas duas regiões marítimas. Metodologicamente, adota-se o método qualitativo, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise documental, e se recorre ao *xiàngqí*, um jogo de tabuleiro chinês tradicional, para explicar o comportamento da China em termos de defesa nacional. A hipótese é de que o país abandona definitivamente o discurso e as práticas político-militares defensivas e assume uma postura mais assertiva em termos de defesa nacional. Essa mudança é respaldada pela *China's Military Strategy* (2014), com a finalidade legitimar a militarização chinesa de ilhas litigadas no sudeste asiático a partir de 2012. Por fim, conclui-se que a assertividade do comportamento chinês pode aumentar os riscos de conflitos armados interestatais com o envolvimento de grandes potências, como Japão e Estados Unidos.

Palavras-chave: China. *Xiàngqí*. Defesa nacional. Mares do Leste e do Sul da China.

INTRODUÇÃO

A reorientação estratégica da geopolítica[2] mundial em direção à Ásia-Pacífico é uma tendência do século XXI (US, 2012a). Há três anos, Mead (2014) destacava que as rivalidades geopolíticas retornavam ao centro da política internacional, sendo uma delas a da China com países de seu entorno regional, particularmente o Japão. Para o autor, o governo chinês está adotando uma postura cada vez mais assertiva na região e alterando as dinâmicas políticas por causa do rápido crescimento econômico, como se observa, por exemplo: na ascensão dos nacionalismos sino-japonês, na elevação dos gastos militares, em crises bilaterais frequentes e na lógica competitiva de soma zero[3], entre outros. A esse quadro de desconfianças e incertezas, adiciona-se mais um fator: o discurso de "rebalanço" das relações na Ásia-Pacífico

---

[1] A análise da segurança regional e da política de defesa chinesa pelo *xiàngqí* já é um tema em desenvolvimento por Lorrany Mendanha Bastos em seu projeto de iniciação científica na PUC Goiás, intitulado "O *xiàngqí* na segurança regional: análise da política externa e de defesa nacional da China" e sob a orientação do Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado. Neste artigo, procurou-se adaptar essa análise a uma preocupação específica: as disputas territoriais em zonas marítimas contíguas à China.

[2] Não há uma definição consensual para o termo "geopolítica" e, comumente, utiliza-se ele em seu sentido clássico para denotar a competição e a projeção de poder em espaços geográficos. Não convém ampliar a reflexão conceitual deste termo, segundo Dodds (2007), "deslizante" e se atém, neste artigo, a esse sentido clássico, porque é possível depreender, implicitamente, tal uso nas bibliografias consultadas.

[3] Resumidamente, esta lógica é caracterizada pelo resultado da interação entre dois ou mais atores tendendo a zero, em que o ganho de um ou mais atores representa a perda dos demais (GRIFFITHS et al., 2008).

adotado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que preconizava o fortalecimento de alianças com outros países para conter a China (US, 2012b; 2015).

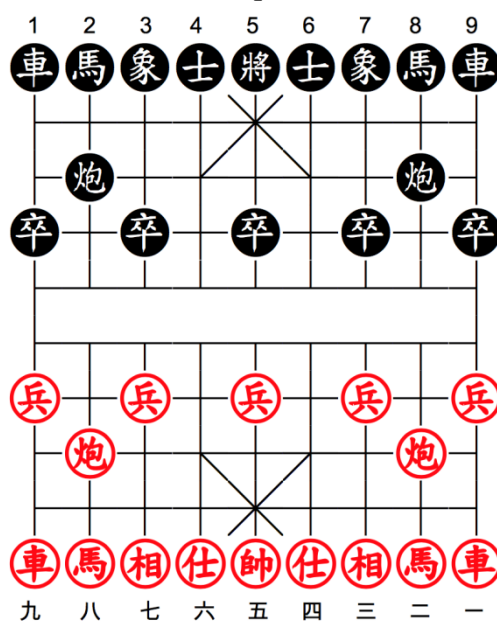
Todas as questões acima mencionadas manifestam-se, de forma concreta, nas preocupações chinesas em torno de uma região e de duas prioridades estratégicas específicas: o sudeste asiático, com as disputas marítimas nos Mares do Leste e do Sul da China. Parte-se do pressuposto de que ocorreu um recrudescimento da política declaratória chinesa em torno desta região a partir de 2014. Dessa forma, este artigo procura investigar a evolução, histórica e factual, da importância estratégica das disputas marítimas para a política de defesa da China. Para tanto, utiliza-se o método qualitativo, por meio da revisão bibliográfica e da análise documental, tratando os quatro documentos chineses de defesa nacional, disponíveis no Ministério da Defesa da China (*China's National Defence in 2008*, *China's National Defence in 2010*, *The Diversified Employment of China's Armed Force* e *China's Military Strategy*), enquanto políticas declaratórias que indicam um comportamento esperado do país nessa área. Não se incorpora um referencial teórico para a análise ora proposta e se recorre a um jogo de tabuleiro chinês tradicional, o *xiàngqí*, para explicar a orientação estratégica do país em direção aos Mares do Leste e do Sul da China.

Espera-se demonstrar, por meio deste estudo, que as perspectivas de conflitos armados interestatais – inclusive com o envolvimento de grandes potências –, mesmo latentes, estão vívidas no centro da geopolítica mundial de hoje. As tensões fronteiriças em zonas marítimas no entorno da China podem escalonar para confrontos diretos entre países da região ou de fora dela. Isso soa como alerta para o Brasil em seus processos de revisão e atualização dos documentos condicionantes da defesa nacional, na medida em que o país considera baixa a probabilidade de ocorrência desse tipo de conflito (BRASIL, 2005; 2012), o que pode gerar uma situação de despreparo para o desenvolvimento ou aquisição de capacidades militares.

Por fim, este artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, explica-se o jogo de tabuleiro *xiàngqí* e uma tática específica dele. Na segunda parte, apresenta-se uma evolução histórica panorâmica da preocupação chinesa com os Mares do Leste e do Sul da China. Na terceira parte, procura-se analisar as prioridades estratégicas nos quatro documentos chineses de defesa nacional mencionados anteriormente, com ênfase nas disputas marítimas no sudeste asiático. Na última parte, demonstra-se a maior assertividade do comportamento chinês, em termos de defesa nacional, voltado para essas questões marítimas por meio da tática *overloading* do *xiànqgí*. Conclui-se, ao final, que essa mudança de comportamento pode realimentar as perspectivas de um conflito interestatal envolvendo grandes potências, sobretudo, Estados Unidos e Japão.

O TABULEIRO DO *XIÀNGQÍ* E A TÁTICA *OVERLOADING*

A China é reconhecida pela sua forte influência milenar e pensamentos estratégicos que deixaram em sua história a marca da singularidade. Nesse processo de formação da sociedade chinesa, a China esteve sujeita a muitos períodos de batalhas e conflitos internos, entre eles, o Período dos Estados Combatentes, ao qual se atribui o surgimento de um dos jogos de maior popularidade do país, o x*ìànqí* (GRALLA, 2007). Tendo se popularizado na Dinastia Song (960-1279 d.C.) (CHENG, 2016), o x*iànqí* é considerado por um dos maiores estudiosos no assunto, Jim Png Hau Cheng (2016), como a representação do campo de batalha chinês, podendo ter simbolizado o mecanismo de estratégia do período contencioso entre dois clãs rivais, os Chu e os Han. Dessa forma, o jogo representaria as táticas utilizadas em batalha pelos exércitos de ambos os lados combatentes, simbolizando a preocupação militar no início de sua utilização.

Figura 1. Tabuleiro de x*iànqí* e seus elementos centrais.

Fonte: World Xiangqi Federation (s/d)

Ainda que se assemelhe ao xadrez ocidental, o x*iànqí* possui características que o diferencia de outros jogos. Como observado na figura 1, o tabuleiro base para o jogo apresenta forma retangular 9x10, sendo cortado pelo espaço denominado rio que separa os dois lados rivais. As peças se posicionam nas intersecções, sendo representadas por caracteres em mandarim que detém significado militar. Iniciando a representação das peças pelo norte na figura 1, tem-se: o general (将 *jiàng)* ou comandante *(*帥 *shuài)* na casa 5; os cavaleiros (士 *shì*) e oficiais (仕 *shì*) nas casas 4 e 6; os elefantes (象 *xiàng*) ou ministros (相 *xiāng*) nas posições 3 e 7; os cavalos (馬 ma) posicionados nas 2 e 8; e as carruagens[4] (車 *jū*) dispostas na 1 e 10. Ademais, citam-se as artilharias (炮 *pào*) e os soldados (卒 *cù*) e tropas (兵 *bīng*), dispostas ao longo do tabuleiro em posições frontais. Ao centro dos dois tabuleiros encontram-se os palácios, o qual representa a fortaleza por onde o general/comandante irá controlar suas tropas, não devendo, por isso, se afastar da sua posição.

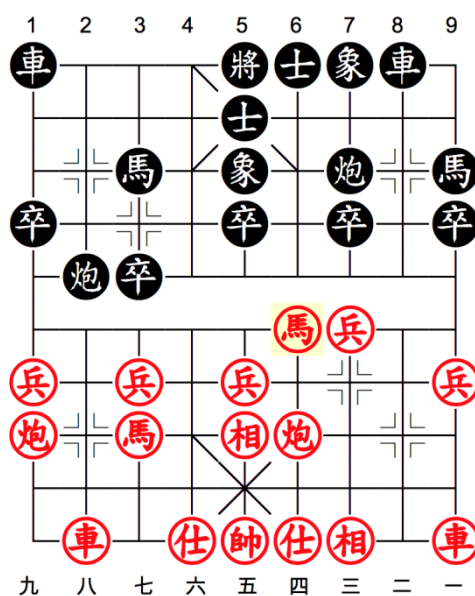
O objetivo primário é capturar o general/comandante inimigo, vencendo o jogo quem deixar o rival desprotegido e sem novas jogadas a serem realizadas. Faz-se, portanto, necessária a utilização de táticas que combinem manobras ofensivas e defensivas de modo a prever o comportamento do oponente. Assim, cada peça possui um determinado alcance, sendo limitada pelas regras do próprio jogo, movendo-se nas intersecções do tabuleiro conforme as estratégias utilizadas como jogador (BODLAENDER, DUNIHO, s/d). Entre as regras do x*iànqí*, vale ressaltar que o general e o comandante não devem estar dispostos em um confronto direto, devendo estes ficar sobre a proteção dos cavaleiros e oficiais e limitados ao palácio.

Não é objetivo deste artigo explanar sobre todas regras e jogadas comuns ao x*iànqí*, contudo, vale ressaltar a utilização da estratégia de jogo conhecida como *overloading*[5], representada pela figura 2. O *overloading* diz respeito à jogada em que uma peça está sobrecarregada, ou seja, ela está, simultaneamente, protegendo mais de uma peça ou sendo

[4] Do chinês 車 (jū), veículo, representando as carruagens de guerra no chinês arcaico.

[5] Do inglês, "sobrecarga".

ameaçada por duas ou mais peças. Desse modo, a peça sobrecarregada sofre o movimento de inflexão, ao atacar ou se desviar da ameaça existente, desguarnecendo a própria defesa para responder a jogada e expondo uma de suas peças mediante captura, troca ou sacrifício. Observa-se, na figura 2, o primeiro caso, em que a peça encontra-se na defensiva, mas está pronta para atacar outras duas peças e, se o ataque a uma delas for a jogada escolhida, a peça ficará desguarnecida diante da eventual represália do adversário. Duas jogadas possíveis do cavalo vermelho (localizado na interseção 6) são capturar um dos dois soldados pretos (interseções 5 e 7) e, se o fizer, ele será capturado por um dos cavalos pretos (interseções 3 e 9). O problema desta eventual troca de peças é que haverá a perda de uma peça vermelha de maior valor por uma peça preta de menor valor. No entanto, há situações, diante da dinâmica do jogo, que tal escolha possa ser inevitável.

Figura 2. Tabuleiro de x*iànqí* e seus elementos centrais.

Fonte: World Xiangqi Federation (s/d)

A questão central do *overloading* é que a jogada adotada culmina no abandono definitivo de uma posição defensiva original, a qual não pode mais ser retomada durante o jogo. Essa tática envolve uma delicada escolha entre se manter nessa posição defensiva original, caso não haja a obrigatoriedade da jogada, ou assumir uma posição mais ofensiva irreversível, desguarnecendo a própria defesa. Baseado no *xiàngqí* e na tática *overloading*, procura-se refletir sobre a mudança do comportamento chinês, em matéria de defesa nacional, de defensivo para assertivo. Com efeito, indaga-se se essa mudança é, de fato, uma jogada obrigatória do governo chinês, ou se é uma escolha político-estratégica dele. Antes, porém, convém avaliar a evolução histórica do tema estruturante da mudança de comportamento, que são as disputas marítimas no sudeste asiático, o que será realizado na próxima seção.

O HISTÓRICO DAS DISPUTAS MARÍTIMAS DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO

O aumento das tensões no leste e sul marítimos da China tem ampliado as rivalidades entre os países da região, fomentando a discussão de um provável conflito. Historicamente, os Mares do Leste e do Sul da China são palco de constantes reivindicações territoriais, tornando-os o epicentro de disputas por soberania. A leste, China e Japão proclamam o poder

sobre as ilhas de Diaoyu/Senkaku[6], enquanto a sul Filipinas, Taiwan, Malásia e Brunei contestam a ocupação chinesa das águas e outras pequenas ilhas, incluindo Spratly[7] e Paracel. Os atritos provêm, principalmente, do especulativo potencial energético, além da localização em uma área de extrema importância estratégica. O Mar do Sul da China liga o Oceano Índico ao Pacífico, além de ser uma importante rota marítima entre Ásia, Oriente Médio e África (KAPLAN, 2015).

Segundo Xu (2013), o Mar do Sul da China detém reservas de, ao menos, sete (07) bilhões de barris de petróleo e novecentos (900) trilhões de pés cúbicos de gás natural, ao passo que o Mar do Leste dispõe de grandes reservas de hidrocarbonetos. Tal potencial "oferece uma grandiosa oportunidade econômica para nações menores, como a Malásia, Filipinas e Vietnã, e segurança energética para a crescente economia da China" (XU, 2013, tradução nossa)[8]. A significativa importância da região acaba, portanto, por causar desconforto e desconfiança, em especial perante o posicionamento chinês.

A esse respeito, Kaplan (2015) e o CFR (2017) ressalvam que as disputas marítimas envolvendo a China são seculares, sendo os conflitos mais recentes o resultado das instabilidades históricas da região. Desse modo, a Primeira Guerra Sino-Japonesa, de 1894-1895, representa um marco inicial nas disputas do Mar do Leste da China, uma vez que, com o Tratado de Shimonoseki[9], a China cedeu determinados territórios para o Japão (CFR, 2017). Contudo, o tratado não mencionou as ilhas de Diaoyu/Senkaku, abrindo espaço para a contestação de ambas as partes envolvidas em relação a real condição de sua soberania[10]. Com as Declarações de Cairo e Postdam no pós-Segunda Guerra Mundial, a China reclamou a renúncia do Japão sobre os territórios ocupados, sendo estes controlados pelos Estados Unidos da América[11] (EUA) até o final da Guerra das Coreias (CFR, 2017).

O Partido Comunista Chinês (PCC) clamou, em 1947, a soberania de grande parte do território do Mar do Sul da China e reafirmou o domínio sobre Diaoyu, resultando, em 1974, na ofensiva militar contra o Vietnã e no início do processo de militarização das ilhas (CFR, 2017). O governo chinês passou a construir bases militares a fim de conter a ocupação vietnamita, enquanto o Vietnã enviou tropas para ocupar permanentemente a região. A rivalidade entre China e Vietnã intensificou-se com a Guerra Sino-Vietnamita, em 1979, e, ainda como reflexo desse acontecimento, em 1988, a China afundou três navios vietnamitas que ocupavam a região das Ilhas de Spartly, fortalecendo sua base militar em *Fiery Cross Reef*[12] (CFR, 2017). Nessa problemática, a China aprovou, em 1992, a *Law on the Territorial Sea and the Contiguous Zone*, por meio da qual reivindicou todo o território do Mar do Sul da China como parte de sua soberania devido à herança histórica da região (KIM, 1994). Após

---

[6] Os japoneses reconhecem as ilhas como Senkaku, enquanto os chineses as nomeiam de Diaoyu (CFR, 2017).

[7] O complexo de Ilhas de Spartly representa um importante território para a geopolítica chinesa, sendo utilizado como uma base militar de alta projeção pelo uso de seus corais como ilhas artificiais (CFR, 2017).

[8] No original: "*offer tremendous economic opportunity for smaller nations like Malaysia, the Philippines, and Vietnam, and energy security for China's large, growing economy*."

[9] O Tratado de Shimonoseki, assinado em 17 de abr. de 1895, entre Japão e China, põe fim a Primeira Guerra Sino-Japonesa e estabelece, em seu art. 2, a concessão dos seguintes territórios ao Japão: o sul da província de Fêngtien; a ilha de Formosa (Taiwan); e todas as ilhas localizadas à 119º e 120º de longitude a leste de Greenwich e a 23º e 24º de latitude norte (USC, s.d.).

[10] A China declara que as ilhas estavam incluídas no Tratado de 1895, enquanto o Japão alega que o território havia sido anexado separadamente, não havendo negociação formal a esse respeito. Para maiores informações, consultar CFR, 2017.

[11] Os EUA compreendem que o Tratado de Mutua Cooperação e Segurança firmado com o Japão inclui a região das ilhas *Diaoyu/Senkaku*, sob o controle da prefeitura de Okinawa. Para maiores informações, consultar CFR, 2017.

[12] A região de *Fiery Cross Reef* representa uma das mais fortes construções chinesas em questão de armamento bélico, sendo conquistada pela China com o uso de uma forte intervenção militar em detrimento do Vietnã (CFR, 2017).

tal fato, o conflito obteve uma escala maior ao ponto de envolver de modo mais direto outros Estados, em especial as Filipinas.

Em 1995, a China tratou a influência das Filipinas na região de *Mischief Reef*[13] como um empecilho potencial a seus interesses, ocorrendo a primeira crise sino-filipina[14] que culminou na aliança do rival chinês com os EUA[15] (CFR, 2017). A partir desse momento, o governo estadunidense começou a intervir com mais frequência nas questões marítimas asiáticas, utilizando como apoio a aliança com as Filipinas. Desde então, o aumento significativo da força naval chinesa é percebido como um desafio a ser enfrentado pelos EUA (KAPLAN, 2015). Kaplan (2015) disserta acerca do expressivo papel estadunidense no balanço militar da região do Pacífico, especialmente após o início do movimento de "ação e reação" provocado pela militarização da China. Isso ocorre porque a China tem dedicado esforços para projetar poder por meio da construção de ilhas artificiais altamente militarizadas, incluindo a implantação de um sistema de defesa, mísseis, aeronaves e navios, em uma área com proteção operacional de mais de 1.000 km (CFR, 2017).

Os conflitos cada vez mais frequentes impulsionaram os países da região a buscar instrumentos de cooperação[16] que fossem capazes de minimizar as tensões, contudo, sem muito sucesso. Em 2009, Malásia e Vietnã requereram junto à Organização das Nações Unidas (ONU) o aumento legal de suas milhas náuticas, o qual foi considerado uma afronta à própria soberania pelo governo da China. Com a China assumindo a posição de maior consumidor de fontes energéticas do mundo (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY apud CFR, 2017) e reafirmando a sobreposição de poder no entorno marítimo, os EUA se posicionaram de modo mais assertivo nos conflitos. Em 2010, a ex-secretária de Estado do país, Hillary Clinton, reiterou o interesse estadunidense sobre as questões marítimas da Ásia como uma forma de repreensão à China (CFR, 2017). Não equidistante, no mesmo ano as tensões aumentam quando um barco de pesca chinês chocou-se com a guarda costeira japonesa nas proximidades das ilhas Diaoyu/Senkaku.

Desde então, a presença militar da China na região se intensificou cada vez mais, impulsionando a resposta dos demais Estados envolvidos de maneira conflitante (FRAVEL, 2011). Assim, os EUA, que inicialmente desempenhavam um papel mediador, passaram a defender um discurso de maior relevância (CFR, 2017). Uma série de novos eventos manteve o conflito aceso no decorrer de 2012, em especial o incidente de *Scarborough Shoal*[17] e a declaração chinesa de que seria estabelecida a cidade de Sansha para administrar as ilhas no Mar do Sul da China. Já no Mar do Leste da China, o governo japonês negociou a compra privada de três das cinco principais ilhas de Diaoyu/Senkaku, ato não reconhecido pela China, que entendeu o fato como uma afronta e impulsiona protestos populares contra o Japão (CFR, 2017) [18]. Segundo o CFR (2017), a China passou, então, a se organizar de modo a direcionar

---

[13] O *Mischief Reef* faz parte do entorno das ilhas Spratly (CFR, 2017).

[14] A crise sino-filipina que ocorreu em *Mischief Reef* foi marcada pela batalha direta entre navios chineses e filipinos, representando a primeira vez que a China entrou em confronto com um país da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), além do Vietnã (CFR, 2017).

[15] Estados Unidos e Filipinas reataram os laços militares temendo a ascensão do poderio chinês na região. Logo após a batalha de *Mischief*, a marinha estadunidense avançou para a região asiática em parceria com a marinha filipina (CFR, 2017).

[16] Cita-se, como exemplo, o Código de Conduta China-ASEAN (2002). Não é, contudo, objetivo desse trabalho explanar acerca dos tratados e acordos para a cooperação, uma vez que estes não mostraram resultados suficientemente satisfatórios.

[17] O incidente de *Scarborough Shoal* ocorreu quando as Filipinas enviaram um navio de guerra em direção a barcos pesqueiros chineses (CFR, 2017).

[18] Essa compra foi realizada em 2012, junto a um milionário japonês, pelo valor de 26 milhões de dólares, o que gerou uma demonstração de força por parte da China mediante o lançamento de ataques aéreos nas proximidades desse território (CFR, 2017).

duas de suas principais agências marítimas para a região, patrulhando o entorno anteriormente dominado pelo rival japonês.

Por conseguinte, a China buscou intensificar seus investimentos militares, posicionando o primeiro porta-aviões na região e iniciando a construção de ilhas artificiais nos recifes de *Subi* e *Fiery Cross*, nas Spratly. A construção militarizada incluiu helipontos, pistas de aterrissagem, radares e estruturas para vigilância (CFR, 2017), sendo construídas em um período de tempo extremamente curto para a magnitude de sua construção. Nas figuras 3 e 4 é possível observar o processo e a agilidade com a qual as ilhas foram construídas, refletindo, mais uma vez, em novas medidas de desconfiança na região.

Figura 3. Imagem de satélite do Recife Subi em jul. 2012 e set. 2015, respectivamente.

Fonte: CFR (2017)

Figura 4. Imagem de satélite do *Fiery Cross* em ago. 2014 e set. 2015, respectivamente.

Fonte: CFR (2017)

No Japão, a resposta imediata foi o aumento do orçamento de defesa[19], pela primeira vez em 11 anos, e a iniciativa de ajuda militar, em especial para as Filipinas, fornecendo barcos para a guarda costeira (CFR, 2017). A China, em contrapartida, clamou sobre o território reivindicado o estabelecimento de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar do Leste da China, na qual exigiu o controle de todo avião com bandeira internacional que por ali passasse, fazendo necessário o envio do plano de voo para que o tráfego aéreo não comercial fosse aceito (CFR, 2017). Em caso de desrespeito, o Ministério da Defesa da China

[19] Segundo o CFR (2017), há um aumento de 1,9% no orçamento da guarda costeira, além do reforço para monitorar as Ilhas de Senkaku.

ameaçou responder militarmente, deixando a região ainda mais instável. Apoiados pelos laços militares com Japão e Filipinas, os EUA integram a região a fim de conter o avanço chinês e instaurar mecanismos para administrar a crise marítima da Ásia (KOTANI, 2015). Após a apresentação da evolução histórica das tensões e disputas marítimas no sudeste asiático, passa-se a análise das prioridades estratégicas das políticas de defesa da China, com ênfase nas preocupações direcionadas para os Mares do Leste e do Sul da China.

Há dois grandes – e inter-relacionados – desafios ao expansionismo político-militar chinês na região da Ásia-Pacífico: a postura cada vez mais intervencionista assumida pelo governo estadunidense e a retomada do militarismo japonês, já mencionado antes, mas que merece maior aprofundamento. Em se tratando do primeiro desafio, desde 2012, há uma reorientação estratégica dos Estados Unidos para essa região, sob a necessidade declarada de um "rebalanço" do poder na Ásia-Pacífico e da preservação do país como um "*Pacific power*" (US, 2015, p. 24). Esse "rebalanço" deveria conduzir ao fortalecimento da cooperação em segurança e defesa nacional com a Índia, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas para conter as incertezas e desconfianças provenientes da ascensão militar chinesa (US, 2012b; 2015). Ressalta-se que os países delimitados para ações cooperativas são exatamente aqueles com quem a China detém rivalidades históricas e territoriais. E mais, observa-se claramente a preocupação dos EUA com esse país em trechos de documentos estadunidense de defesa nacional, como:

> *the growth of China's military power must be accompanied by greater clarity of its strategic intentions in order to avoid causing friction in the region* (US, 2012b, p. 2) […] [*w*]*e will closely monitor China's military modernization and expanding presence in Asia, while seeking ways to reduce the risk of misunderstanding or miscalculation*. (US, 2015, p. 24)

O segundo desafio é o militarismo do Japão. Em sua *National Security Strategy*, o governo japonês afirma existir algumas "zonas cinzentas" (JAPAN, 2013, p. 11) na região da Ásia-Pacífico, que se situam entre relações pacíficas e interesses territoriais e que podem recair em grave crise. Entre essas situações, está o rápido avanço das capacidades militares chinesas e a falta de transparência dele, além do estabelecimento de uma "Zona de Identificação de Defesa Aérea", considerada uma violação do espaço aéreo e marítimo japonês. Para enfrentar riscos como o mencionado, a estratégia prevê a construção de uma arquitetura abrangente de defesa, com forças de autodefesa altamente efetivas e conjuntas (JAPAN, 2013). Já se observam sinais desse comportamento mais militarista japonês na elevação do gasto de defesa, como mencionado, e no processo de modificação do artigo 9 da constituição do país. Após a apresentação do histórico das disputas e principais desafios da China, materializado em dois países, passa-se a análise dos documentos de defesa.

A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DA CHINA: DA DEFESA PARA O ATAQUE?

Há uma dissociação entre as práticas históricas e as políticas declaratórias da China no que diz respeito às disputas territoriais no sudeste asiático: as ações adotadas pelo governo chinês, nos últimos anos, não foram pautadas por documentos estruturantes da defesa nacional. Se, por um lado, houve um recrudescimento da postura político-militar chinesa em direção às ilhas nos Mares do Leste e do Sul da China, especificamente em Diaoyu/Senkaku e Spratly, por outro, não houve um anúncio oficial em termos discursivos para respaldar esse tipo de prática. Nesse sentido, procura-se analisar as semelhanças e os contrastes entre os documentos de defesa disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Defesa da China, com a finalidade de identificar as prioridades estratégicas do país, particularmente as tensões

marítimas no sudeste asiático. Destaca-se, de antemão, que há um endurecimento do discurso político-militar chinês no *China's Military Strategy* (2014) em comparação com os três documentos predecessores (*China's National Defence in 2008, China's National Defence in 2010* e *The Diversified Employment of China's Armed Forces* – 2012).

Inicia-se a análise pelo documento de 2008, intitulado *China's National Defence in 2008*, que apresenta as estratégias e atividades a serem adotas pela China em relação à defesa nacional. O documento contempla algumas temáticas importantes como a preocupação com a presença de países externos à região e as questões de direitos e interesses marítimos. O atestado da política de defesa chinesa traz à tona questões com um caráter defensivo, que busca manter uma "*independent foreing policy of peace and a national defence policy solely aimed at protecting its territory and people*" (CHINA, 2008, p.1). Algumas dessas questões são: a presença estadunidense na região (relação comercial armamentista com Taiwan, por exemplo), autodefesa, diálogo e cooperação militar na busca de uma segurança regional e desenvolvimento pacífico.

No que se refere ao emprego de suas forças armadas no quesito autodefesa, por exemplo, pode-se destacar o uso dessas forças somente em caso de um ataque por parte do agressor, uma defesa ativa:

> *China implements a military strategy of active defence. Strategically, it adheres to the principle of featuring defensive operations, self-defence and striking and getting the better of the enemy only after the enemy has started an attack. In response to the new trends in world military developments and the requirements of the national security and development strategy, China has formulated a military strategic guideline of active defence for the new period*. (CHINA, 2008, p. 6).

Analisando o documento de 2010, *China's National Defence in 2010*, notam-se alguns pontos principais na formulação estratégica de defesa, seguindo alguns pontos já previstos no documento de 2008. Entre eles, estão a cooperação com seus vizinhos, por meio da formação de consultas a outros países, realização de exercícios militares conjuntos com outros países, valorização da confiança e comunicação entre os países e diálogo para a cooperação marítima. Em referência à região Ásia-Pacífico, a China enfatiza a necessidade de proteção e observação, destacando o notório crescimento econômico dos países integrantes da região e o processo de expansão, bem como o aproveitamento das oportunidades, oriundas dos movimentos globais econômicos e integracionistas, como se observa no seguinte trecho:

> *The Asia-Pacific security situation is generally stable. Asia has taken the lead in economic recovery, and its growth as a whole has been sustained. With an enhanced sense of shared interests and destiny, Asian countries have seized the opportunities presented by economic globalisation and regional economic integration, and maintained a commitment to promoting economic development and regional stability. They have persisted in multilateralism and open regionalism, actively developed bilateral and multilateral cooperation with countries inside and outside the region, and endeavoured to build economic and security cooperation mechanisms with regional features. The Shanghai Cooperation Organisation (SCO) is playing a growing role in promoting regional stability and development. The integration of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) is moving ahead. There is growing cooperation in such mechanisms as China-ASEAN, ASEAN Plus Three (China, Japan and the Republic of Korea) and China-Japan-ROK. The Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) continues to make progress.* (CHINA, 2010, p. 3).

Referente ao documento de 2012, *The Diversified Employment of China's Armed Forces*, pode-se observar a utilização de grande parte dos princípios defendidos nos

documentos de defesa anteriores (CHINA, 2008; 2010), contudo, reforçando e acrescentando novas diretrizes. Nesse documento, demonstra-se a importância e o valor das instituições chinesas de segurança. O Exército Popular de Liberação (PLA, na sigla inglês) e suas ramificações atuam em todos os cenários e situações possíveis. Mesmo tendo a missão de proteger seu território e manter a segurança nacional, a força militar chinesa está envolvida com questões sociais, promovendo o desenvolvimento nacional em todos os sentidos, desde o apoio a iniciativas de redução da pobreza até a ajuda financeira à educação. Além disso, as forças armadas da China também apoiam empresas científicas, tecnológicas, educacionais, culturais e de saúde. Observa-se uma preocupação com o crescimento nacional no sentido de desenvolvimento social, não apenas econômico ou militar. O PLA atua também em missões de resgate e promove ajudas humanitárias, como a realização de "um exercício conjunto de ajuda humanitária e de alívio de desastres com o exército dos EUA" em novembro de 2012.

Reforça-se novamente a busca por cooperação. A ideia de segurança coletiva[20] perpetua estratégias de benefício mútuo, levando em consideração a confiança nas forças armadas dos outros países e na compatibilidade de interesses que priorizem o equilíbrio de poder e a paz no âmbito regional e global. Nesse contexto, destacam-se algumas ações de paz realizadas pela China e parceiros, como uma união antiterrorista, além de exercícios marítimos e treinamentos conjuntos do exército. Tais exercícios e treinamentos se tornam relevantes, pois possibilitam uma maior interação e coordenação de políticas que visam manter a segurança e garantir a estabilidade na região. Promove-se também, por meio de tais métodos, a confiança mútua no campo político e militar e acelera-se a modernização da força militar chinesa (CHINA, 2012).

Em relação aos interesses marítimos, em 2012 a China afirma que transformar o país em uma potência marítima constitui uma estratégia de desenvolvimento nacional essencial para explorar, utilizar e proteger os mares e oceanos. Nesse sentido, "*it is an important duty for the PLA to resolutely safeguard China's maritime rights and interests*" (CHINA, 2012). Como conclusão desse documento, a China reafirma sua posição inicial de que:

> *they will continue to actively participate in international security cooperation, and endeavor to foster, together with the armed forces of other countries, an international security environment of peace, stability, equality, mutual trust and win-win cooperation* (CHINA, 2012).

Nos documentos analisados, além de temas coerentes como a autodefesa, desenvolvimento pacífico e cooperação, observa-se a utilização conceito de guerra de informação (*information warfare*, em inglês) também. Esse conceito é um ponto crucial para o processo de mudança nas estratégias e no fortalecimento das forças armadas da China. *Information warfare* seriam as oportunidades que se apresentam a partir de novas tecnologias e pesquisas e que assim possam ser incorporadas ao processo de criação de novas estratégias militares. Trata-se, portanto, de algo que possibilita uma reação à agressão mais eficiente e também uma política de defesa mais adaptativa, promovendo assim mudanças que se adequem à maneira chinesa (CHINA, 2008; 2010; 2012).

Após essa análise individual dos documentos chineses de defesa de 2008 a 2012, pode-se identificar uma congruência discursiva em torno de suas prioridades estratégicas e sua posição político-militar nos principais temas: desenvolvimento pacífico, autodefesa, presença estadunidense no Ásia-Pacífico, defesa dos interesses nacionais, exercícios militares e treinamento com outros países, a importância e utilização do PLA, a informatização chinesa

[20] A segurança coletiva pressupõe em um arranjo em que se considera o ataque individual a uma parte como um ataque a todas as demais partes e, portanto, a resposta será coletiva, e não da parte inicialmente atacada (GRIFFITHS et al., 2008)

e os diálogos e cooperação na segurança e defesa marítimas. Logo, em todos esses documentos é evidenciada uma posição defensiva no estabelecimento das atividades de defesa chinesas e de seus principais objetivos, baseada em uma orientação mais cooperativa.

Com a publicação do documento C*hina's Military Strategy* em 2014, nota-se uma mudança da posição político-militar chinesa frente a algumas questões, assumindo uma nova prioridade estratégica: construir uma forte defesa nacional e uma poderosa força armada. Tal mudança é observada no seguinte trecho: "[*b*]*uilding a strong national defence and powerful armed forces is a strategic task of China's modernisation drive and a security guarantee for China's peaceful development*" (CHINA, 2014). A justificativa para a inflexão discursiva no comportamento chinês em matéria de defesa é a rápida transformação do sistema internacional, caracterizada pela: alteração da balança de poder e da governança global, imprevisibilidade do cenário geoestratégico da Ásia-Pacífico e acirramento da competição econômica, científica, tecnológica e militar. Em meio a essa transformação, o documento prevê o surgimento de novas ameaças de hegemonismo, política de poder e neo-intervencionismo, referindo-se, implicitamente a Estados Unidos e Japão (CHINA, 2014).

A estratégia militar chinesa de 2014 estabelece uma posição mais assertiva em direção à região Ásia Pacífico. A adoção dessa postura pode ser explicada por fatores como a militarização dos países do entorno – particularmente o Japão – e projeção de poder nessa região – especificamente pelos Estados Unidos, já tratado na seção anterior –, conforme se observa a seguir:

> *As the world economic and strategic center of gravity is shifting ever more rapidly to the Asia-Pacific region, the US carries on its "rebalancing" strategy and enhances its military presence and its military alliances in this region. Japan is sparing no effort to dodge the post-war mechanism, overhauling its military and security policies.* (CHINA, 2014).

A China demonstra crescente preocupação com seus direitos e interesses marítimos, além de também se preocupar com a presença de países externos à região e a intromissão deles em assuntos referentes aos Mares do Leste do Sul da China. Tal preocupação deve-se ao fato de os chineses verem que os países vizinhos – como, por exemplo, Japão, Vietnã, Filipinas, Taiwan e Malásia – adotam uma postura provocativa em algumas ações como pode ser observado:

> *On the issues concerning China's territorial sovereignty and maritime rights and interests, some of its offshore neighbours take provocative actions and reinforce their military presence on China's reefs and islands that they have illegally occupied.* (CHINA, 2014)

Por fim, outro aspecto importante nesse documento de 2014 é a configuração específica para defesa do mar e oceanos da região, realçando esse viés de supervalorização, uma vez que é relacionado como um fator de contribuição para a paz e estabilidade da região.

> *The seas and oceans bear on the enduring peace, lasting stability and sustainable development of China. The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic SLOCs [strategic sea lines of communication] and overseas interests, and participate in international maritime cooperation, so as to provide strategic support for building itself into a maritime power*. (CHINA, 2014)

Como conclusão parcial desta seção, pode-se notar que há um esvaecimento dos principais temas – desenvolvimento pacífico, autodefesa, entre outros – presentes nos documentos chineses de defesa nacional entre 2008 a 2012 em detrimento de uma preocupação maior com disputas marítimas no sudeste asiático no documento de 2014. Essa preocupação decorre, sobretudo, de alterações na geoestratégia da Ásia-Pacífico, com as perspectivas de maior intervenção estadunidense e a militarização crescente do Japão. Os temas tratados anteriormente demonstravam um comportamento mais defensivo da China, não necessariamente condizente com as práticas político-militares, ao passo que a priorização estratégica dos Mares do Leste e do Sul da China demonstram uma postura mais assertiva, condizente com tais práticas. Nesse sentido, pode-se observar um alinhamento da política declaratória com o atual comportamento do país em matéria de defesa nacional. Na próxima seção, explica-se essa mudança de comportamento e possíveis implicações por meio da tática overloading do *xiàngqí*.

O *OVERLOADING* CHINÊS: O ABANDONO DEFINITIVO DA POSTURA DEFENSIVA

Antes de iniciar a análise pelo *xiàngqí* do comportamento assertivo chinês em termos de defesa nacional, é preciso fazer uma representação do tabuleiro estratégico e de seus jogadores. Dessa forma, pode-se considerar que o tabuleiro é a região do sudeste asiático, a China é um dos jogadores e os países conflitantes, o jogador rival. Não cabe aqui discutir as estratégias e jogadas utilizadas pelos demais Estados, uma vez que o objetivo central se foca na política de defesa da China. É perceptível que o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa iniciou uma nova rodada do jogo marítimo na Ásia, com destaque para o papel da China, uma vez que suas jogadas inspiram e são inspiradas pelas rodadas dos demais atores regionais. Percebe-se que o discurso defendido pelos documentos de defesa chineses, no período de 2008 a 2012, é resultado do processo de tentativa de cooperação iniciado ao fim de 1990 e início dos anos 2000, reafirmando a pretensão do governo chinês de instaurar mecanismos de diálogo e cooperação militar, como citados no *China's National Defence* de 2008 e 2010 (CHINA, 2008; 2010).

A narrativa dos documentos da China perpassa o processo histórico que culminou no posicionamento cada vez mais assertivo do governo chinês, consolidado no *China's Military Strategy* (CHINA, 2014). Conforme o cenário foi se formando, as dinâmicas da China com o seu entorno regional foram inspiradas pelas desconfianças em relação às jogadas seguintes e pela consequente necessidade de projetar poder nesse entorno, resultando na instabilidade questões marítimas. Estas, por sua vez, acabaram por influenciar as demais áreas de negociação, como observado no realinhamento das Filipinas com os EUA no contexto da crise sino-filipina. A percepção regional passava cada vez mais para o enquadramento dos países da região a influência estadunidense, fator que inibiria a projeção de chinesa no sudeste asiático. A despeito da presença dos EUA, a China permanecia movida pelo interesse desenvolvimentista e avanço dos demais países, optando pela coordenação de mecanismos para a cooperação multilateral e firmando, inclusive, um acordo energético com o Japão (CFR, 2017), como observado nos documentos chineses de defesa nacional de 2008 e 2010.

No entanto, as peças rivais se moviam em direção contrária. A partir de 2010, com a Malásia e o Vietnã buscando junto à ONU a expansão de seus domínios marítimos e o aumento do gasto energético da China, as jogadas chinesas voltaram-se para as reivindicações de seu entorno marítimo. A sucessão de rodadas seguintes se mostrou contra os ideais chineses, tendo em vista que os rivais apoiavam a inserção mais ativa dos EUA nos conflitos marítimos e distanciavam os Estados vizinhos da China em questões militares (CFR, 2017).

Assim, a resposta chinesa começou a se tornar timidamente mais assertiva a partir do documento de 2012, *The Diversified Employment of China's Armed Forces*, na medida em que este ressalva os desafios para manter a segurança e o desenvolvimento da China. Houve, portanto, a reafirmação do dever do PLA de resguardar a soberania nacional nas áreas reivindicadas, além de manter a segurança territorial. Existe, assim, a compreensão de que o governo chinês estaria disposto a utilizar suas forças armadas para garantir a integridade das zonas consideradas estratégica. Como citado anteriormente, no documento de 2012 a China exprime seu desejo de se consolidar como uma potência marítima capaz de fazer uso e proteger seus domínios.

Essa exígua mudança, em contrapartida, inferiu diretamente no jogo regional à medida que refletiu uma série de comportamentos antagônicos aos esperados pela China. Assim, nos anos de 2012 e 2013, houve uma mudança fundamental que forçaria o governo chinês a escolher qual tática deveria utilizar, conforme o Estado caminhava para uma situação de "sobrecarga" (*overloading*), como constatado no *xiàngqí*. Percebe-se que ocorreu uma forte presença estadunidense, combinada com as políticas militaristas de países como Japão e Filipinas e a sobreposição do Vietnã sobre as leis marítimas (CFR, 2017). No epicentro dessas tensões, estava a zona reivindicada pela China, colocando o Estado chinês, sobrecarregado, em posição defensiva, mas sob constante ameaça. Entende-se que a China precisava escolher uma jogada que fosse suficiente para lidar com a instabilidade ocasionada, principalmente, pela presença de atores adversos. Estando em situação de sobrecarga, a China acabou por abandonar sua posição suposta e declaratoriamente defensiva, até então apoiada pelo discurso político dos documentos de defesa, para assumir uma postura mais assertiva e centrada na projeção de poder. O *overloading* é utilizado, então, como o abandono de uma tática defensiva para garantir uma resposta rápida e eficaz à encruzilhada chinesa, afetando diretamente os países vizinhos – sobretudo, as Filipinas – e indiretamente os Estados Unidos. Contudo, assim como no *xiàngqí*, uma vez abandonada a posição inicial por meio do *overloading*, não é possível voltar a posição defensiva original.

Nesse ponto, a China perpassou por mudanças no seu discurso político, ressaltadas pela *China's Military Strategy* de 2014, e direcionou suas jogadas ao aumento da projeção de poder no Mar do Sul da China. Tendo ocupado todo o Arquipélago de Paracel na década de 1970 e iniciado um processo de militarização da região (BOUCHAT, 2014), o Estado chinês move seus esforços de encontro as Ilhas Spratly a partir de 2012, construindo novas fortificações militares capazes de comportar um grande poder naval nos recifes de Subi, Fiery Cross e Mischief, como exemplificado nas figuras 3 e 4. Concomitantemente, houve o aumento do patrulhamento no Mar do Leste da China (ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE, 2016), em uma proporções militares menores do que as observadas no sul, porém com significativa expressão da presença chinesa em territórios marítimos clamados pelo Japão.

Abdicando de sua posição defensiva, a China expõe suas peças às próximas rodadas, o que acarreta em jogadas cada vez mais assertivas. A lógica, portanto, é a continuidade progressiva do caminho trilhado pelo país, expondo cada vez mais a região à possibilidade de um conflito armado. Com a possível continuidade do "reabalanço" estadunidense na Ásia-Pacífico e as perspectivas reação militar dos países vizinhos, a China precisa demonstrar um comportamento ainda mais ofensivo, visto que a posição defensiva anterior foi inteiramente superada e a vulnerabilidade a atual, enquanto não for reestruturada uma nova linha defensiva, é muito maior. A sustentação da projeção de poder no entorno imediato tornou-se a melhor defesa da China e a maneira mais efetiva de mimetizar a própria vulnerabilidade.

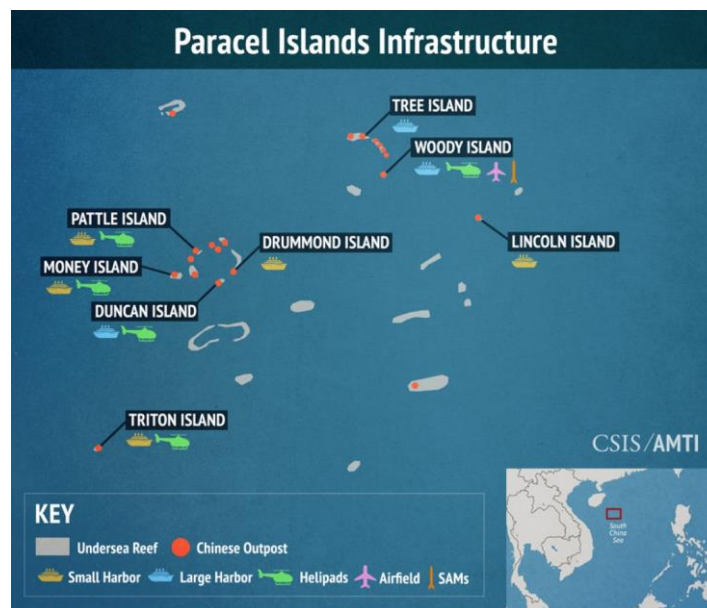
Para balancear a instabilidade dos dominios clamados, a China se apoia nos alicerces construídos nas ilhas ocupadas e reforça seu força defensiva ao mesmo tempo em que projeta seu poder de ataque. Nesse sentido, a *Asia Maritime Transparency Initiative* (AMTI) (2017)

ressalta que o alcance marítimo da China cresceu em muito nos últimos anos. Inicialmente, o Estado chinês detinha força significativa na base militar construída na Ilha Woody, arquipélago de Paracel, sendo sede administrativa do governo chinês para assuntos referentes ao Mar do Sul da China. Com a escolha assertiva proveniente da jogada chinesa, o Estado se moveu de forma a expandir a base de Woody para o Arquipélago de Spratly, nas proximidades com as Filipinas (AMTI, 2017). A medida pode ser entendida como uma forma de responder a aliança estadunidense com Manila, reforçando a defesa no local e aumentando o alcance da marinha chinesa. Assim, a China foi capaz de desenvolver, em um curto período de tempo, uma estrutura suficiente para uso militar, comportando portos, helipontos, instalações para o monitoramento da região e muito mais.

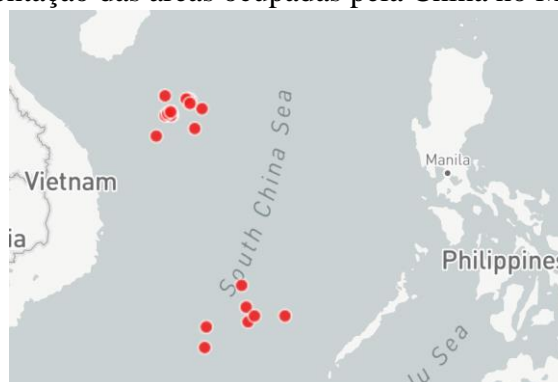
Por outro lado, a fim de alcançar uma maior projeção, o governo chinês investiu ainda no aprimoramento da base na Ilha de Woody, demonstrando a continuidade do discurso assertivo da *China's Military Strategy* (2014). Segundo o AMTI (2017), a China expandiu a Ilha de Woody unindo-a a ilha vizinha, denominada de Rocky. A expansão das terras visaria construir novas instalações militares, tornando a base de Woody a mais militarizada no Mar do Sul da China. A figura 5 mostra como a tática escolhida pelo governo chinês implicou no aumento geométrico do processo de sua militarização, expondo a construção de novos portos, hangares e aumentando a frota de navios e aviões, além de posicionar mísseis HQ-9 e realizar testes com mísseis antinavios na costa das ilhas. O objetivo é, segundo a AMTI (2017), expandir o novo potencial para as construções em Spratly. Para isso, a China investiu ainda em um novo porto na Ilha de Duncan, capaz de comportar a frota proveniente de Woody e exercer um papel fundamental nos esforços chineses anti-submarinos. Vale ressaltar que as ilhas de Woody e Duncan estão dispostas em regiões geoestratégicas do Arqueólogo de Paracel, cercando dois dos principais polos mais avançados militarmente da China e representando uma facilidade de mobilização das bases locais, como visto na figura 6.

Figura 5. Avanço da estrutura militar chinesa na Ilha de Woody de 2012 à 2017.

Fonte: AMTI (2017)

Figura 6. Presença militar chinesa no Arqueólogo de Paracel.

Fonte: AMTI (2017)

Nesse contexto, Bouchat (2014, p. 19) analisa a utilização das Ilhas de Paracel, em especial de Woody, como um meio de controle a presença estadunidense na Ásia, referindo-se à ilha como "*an unsinkable aircraft carrier able to monitor and counter US power and deter its support to Taiwan or other nearby partners*". O posicionamento vai de acordo com a postura unilateral focada em medidas de curto prazo como meio de resguardar as peças conquistadas até então, consequência direta da tática *overloading*. Pode-se concluir que o abandono da posição defensiva original, no caso chinês, representa tanto uma jogada mais assertiva, com foque na projeção de poder, quanto reflete em uma preocupação na proteção de seu território, tendo reconhecido as variáveis de risco em jogo. Desse modo, as bases marítimas no Mar do Sul da China estão dispostas de modo a cobrir o maior alcance possível, no que pode representar uma estratégia da presença chinesa nas zonas de tensões a fim de acuar as peças inimigas posicionadas na região. A figura 7 mostra, nesse sentido, as áreas já ocupadas pela China e com presença ou construções militares, resguardando praticamente os dois focos principais do conflito: Paracel, ao norte; e Spratly, ao sul.

Figura 7. Representação das áreas ocupadas pela China no Mar do Sul da China.

Fonte: AMTI (2017)

Percebe-se, assim, que o discurso chinês sofre uma alteração gradual de modo a comportar a necessidade da China de responder ao aumento da ameaça do Japão e dos EUA, englobando implicitamente as alianças militares estadunidenses na região — representadas pelas Filipinas e Vietnã. Tal alteração implica na mudança de comportamento e, consequentemente, no abandono defensivo da China no sentido de uma postura mais assertiva, com o propósito de projeção poder para, então, suprir a vulnerabilidade da presença chinesa, particularmente nas Ilhas de Spratly. O governo chinês busca, dessa maneira, adequar os documentos de defesa do Estado para responder ao crescimento das tensões marítimas que circundam seu território, na tentativa de garantir vantagem na representatividade da China por meio da atividade militar. Isso ocorre uma vez que as jogadas direcionaram o tabuleiro asiático para uma situação instável e conflituosa, embasado pela desconfiança nas rodadas seguintes. Esse processo segue uma lógica progressiva, no qual a percepção chinesa tende a manter um posicionamento cada vez mais assertivo, uma vez que não há como retomar a posição inicial. Destarte, o jogo inserido no Mar do Leste e Sul da Ásia culmina para a possibilidade de um conflito armado na região e mantém a lógica apresentada pelo *overloading*.

CONCLUSÃO

A hipótese investigada neste artigo foi comprovada. A China abandonou definitivamente um comportamento defensivo e assumiu um comportamento assertivo em termos de defesa nacional. Não há mais retorno à posição defensiva anterior. Isso foi explicado por meio do *xiàngqí* e sua tática de *overloading*. O aumento da presença estadunidense na Ásia-Pacífico, com um discurso de “rebalanço” do poder nessa região, e a militarização do Japão, cujo ápice do processo foi representado pela alteração constitucional, colocaram uma sobrecarga na China. Essa sobrecarga é explicada porque os dois fatores anteriores impactaram sobremaneira em interesses nacionais chineses – territórios marítimos no sudeste asiático – e trouxeram à tona velhas rivalidades históricas. A reação do Estado chinês, sobrecarregado, foi aumentar a projeção de poder nos Mares do Sul e do Leste da China e readequar o discurso da política de defesa às práticas político-militares adotadas. No primeiro caso, o governo chinês intensificou o antagonismo com as Filipinas, e no segundo, com o Japão. Ressalta-se que ambos os países procuaram – e ainda procuram – fortalecer a aliança com os Estados Unidos.

A apresentação da evolução histórica das disputas marítimas no sudeste asiático permitiu compreender a dissonância entre as práticas político-militares e os documentos chineses de defesa nacional. Mais do que, essa evolução possibilitou identificar antecedentes históricos do comportamento militarista chinês em ilhas litigadas na região. Nota-se que há correspondência entre as ações da China para a ocupação militar do Arquipélago de Paracel na década de1970 e para a atual ocupação militar do Arquipélago de Spratly. Pela análise dos documentos chineses de defesa entre 2008 e 2014, pode-se identificar uma mudança significativa das orientações estratégicas da política de defesa para respaldar práticas em andamento. O governo chinês revê o caráter defensivo, com destaque para a cooperação e a construção de confiança entre países, e assume uma posição mais assertiva, utilizando o discurso da nova tarefa geoestratégica de defesa e a necessidade de maior proteção dos Mares do Leste e do Sul da China.

A crescente militarização do Japão, a presença norte-americana e as tensões com relação às Filipinas, Taiwan, Malásia, Brunei e China (Spratly e Paracel) tornam a região da Ásia-Pacífico extremamente volátil. Tal volatilidade força o governo chinês a ter uma presença mais ativa nos mares da área, portanto, é forçado a tomar uma atitude e fazer uma jogada. A China se vê em uma posição de *overloading*, em que a ameça é constante por parte

de duas ou mais peças (Japão, EUA, Filipinas, etc.), sendo colocada em uma posição de resposta imediata para que assim possa defender seus interesses nacionais. A jogada chinesa, portanto, é avançar na militarização em direção às ilhas nos Mares do Sul e do Leste da China, o que gera o abandono da posição defensiva original.

A estratégia apresentada do xiànqí, expressa a conjuntura ao qual a China está inserida. A segurança regional é colocada à prova, a partir do momento em que os chineses podem desequilibrar as relações existentes na região, na meida em que a adoção dessa maior assertividade propulsiona um efeito dominó e suscita as possibilidades de conflitos armados interestatais, com o envolvimento de grandes potências (Estados Unidos e Japão). Isso demonstra, por fim, a importância geoestratégica adquirida pela região da Ásia-Pacífico, como o novo epicentro da política internacional.

REFERÊNCIAS

AMTI. Asia Maritime Transparency Initiative. **East China Sea tensions**: approaching a slow boil. 2016. Disponível em: <https://amti.csis.org/east-china-sea-tensions/>. Acesso em: 22 abr. 2017.

______. Asia Maritime Transparency Initiative. **The Paracels**: Beijing’s other South China Sea buildup. 2017. Disponível em: < https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/ >. Acesso em: 22 abr. 2017.

BODLAENDER, Hans L. DUNIHO, Fergus. Xiangqi (象棋). **Chess Variants**, online, s/d. Disponível em: <http://www.chessvariants.com/xiangqi.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

______. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

CFR. Council on Foreign Relations. **China’s Maritime Disputes**. CFR Online, 2017. Disponível em: <http://www.cfr.org/asia-and-pacific/chinas-maritime-disputes/p31345#!/p31345>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CHENG, Jim Png Hau. **Understanding the Elephant**: a Xiangqi Primer. Seattle: Amazon (ebook), 2016.

CHINA. People’s Republic of China. **China’s National Defense in 2008**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2009. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-04/11/content_4778231.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

______. People’s Republic of China. **China’s National Defense in 2010**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-04/11/content_4778206.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

______. People’s Republic of China. **The Diversified Employment of China’s Armed Forces**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2013. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768293.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

______. People’s Republic of China. **White Paper 2014**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2015. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768294.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BOUCHAT, Clarence J. **The Paracel Islands and U.S. interests and approaches in the South China Sea**. Carlisle: Strategic Studies Institute and U.S. Army War College Press, 2014.

DODDS, Klaus. **Geopolitics**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GRALLA, Rene. Historic Battles and Parallels in Games of Chess. **World Xiangqi Federation**, online, 2007. Disponível em: <http://wxf.ca/xq/articles/ar4/ar4.php>. Acesso em: 22 abr. 2017.

GRIFFITS, Martin; O’CALLAGHAN, Terry; ROACH, Steven C. **International relations**: the key concepts, 2nd ed. London and New York: Routledge, 2008.

JAPAN. **Nacional Security Strategy**, Dec. 17, 2013. Tokyo: Cabinet Secretariat, 2013. Disponível em: <http://www.cas.go.jp/jp/siryou/131217anzenhoshou/nss-e.pdf>. Acesso em 14 abr. 2017.

KAPLAN, Robert D. **Asian’s Cauldron**: The South China Sea and the End of a Stable Asia Pacific. New York: Random House, 2015.

KIM, Hyun-Soo. The 1992 Chinese Territorial Sea Law in the Light of the UN Convention. **The International and Comparative Law Quarterly,** v. 43, n. 4, p. 894-904, Oct. 1994.

KOTANI, Tetsuo. **Crisis management in the East China Sea**. Stockholm: SIPRI Policy Brief, feb. 2015. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2015/sipri-fact-sheets/crisis-management-east-china-sea>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MEAD, Walter R. The return of geopolitics: the revenge of the revisionist powers. **Foreing Affairs**, Apr. 17, 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2014-04-17/return-geopolitics>. Acesso em: 08 jan. 2015.

US. United States. **Global trends 2030:** alternative worlds. Washington: National Intelligence Council, Dec. 2012a. Disponível em: <https://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

US. United States. **National Security Strategy 2015**. Washington: The White House, Feb. 2015. Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

______. United States. **Sustaining U.S. Global leadership**: priorities for 21st century defense. Washington: Department of Defense, Jan. 2012b. Disponível em: <http://archive.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

USC. University of Southern California. **Treaty of Shimonoseki**, 1895. Los Angeles: University of Southern California, s/d.

WORLD Xiangqi Federation. Introduction to Chinese Chess (XiangQi) for International Chess Players A Comparison of Chess and XiangQi. **World Xiangqi Federation**, online, s/d. Disponível em: <http://wxf.ca/wxf/doc/book/xiangqi_introduction_chessplayers_20150323.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

XU, Beina. **South China Sea Tensions.** CFR Online, 2013. Disponível em: <http://www.cfr.org/china/south-china-sea-tensions/p29790>. Acesso em: 10 abr. 2017.